

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

Exame da Época de Recurso – 05.07.2018

Grupo I

1a)

-- As funções de Musgrave, no papel do sector público numa economia mista, são a função afectação, distribuição e estabilização.

-- (i) Esta medida insere-se no domínio da *função estabilização*. O Estado intervém, designadamente, através da política orçamental (PO), para procurar satisfazer determinados objectivos macroeconómicos desejáveis. Assegurar saldos primários positivos poderá implicar a existência de uma política orçamental activa do governo, contribuindo para a sustentabilidade das finanças públicas a médio prazo, o que constitui um equilíbrio macroeconómico relevante.

-- (ii) Esta medida tem a ver com a *função afectação*, na qual o Estado intervém com o objetivo de promover uma afectação eficiente dos recursos. Neste caso o investimento melhora as *infraestruturas* essenciais de transporte no país, contribuindo um melhor enquadramento das actividades económicas e dos mercados, um fator de crescimento e eficiência.

1b)

Produção e provisão de um bem são dois conceitos que importa distinguir: a produção caracteriza a entidade responsável pela produção/exploração/ manutenção do bem ou serviço; a provisão identifica a forma como os cidadãos têm acesso ao bem ou serviço.

No exemplo descrito no enunciado, temos uma situação de *produção privada*. Com efeito, o fornecimento de refeições na cantina encontra-se concessionada a uma empresa privada de *catering*, proprietária dos meios de produção, que providencia o serviço.

Dadas as características adicionais descritas, estamos perante uma situação de *provisão pública*. Com efeito, como os funcionários públicos pagam apenas um valor simbólico por cada refeição – isto é, não pagam o valor economicamente relevante da refeição, em que o critério de “valor economicamente relevante” significa que o preço pago pelo utilizador deveria cobrir pelo menos 50% do custo económico do serviço –, o essencial do financiamento do custo da refeição é assegurado pelo orçamento de uma entidade pública, ou seja, por receitas públicas/ impostos, o que configurará um exemplo de provisão pública.

2.

Os custos de redistribuição associados a políticas redistributivas, nomeadamente medidas de natureza fiscal, podem estar na base da existência de um eventual conflito entre eficiência e equidade.

Uma política redistributiva fiscal forte pode implicar um acréscimo de carga fiscal significativa, com a aplicação de impostos progressivos. O aumento das taxas marginais de imposto dos escalões mais elevados de rendimento, podem despoletar efeitos comportamentais distorcedores de desincentivo sobre a oferta de trabalho dos titulares de rendimentos do trabalho mais elevados (influindo nas escolhas marginais entre trabalho e lazer).

Acrescem a estes custos os custos administrativos para assegurar as operações de redistribuição (por exemplo, com o funcionamento da autoridade tributária e/ou as instituições da Segurança Social).

Os custos de redistribuição têm, pois, efeitos negativos sobre a eficiência, mas podem revelar-se necessários para promover uma maior equidade redistributiva, designadamente no reforço da equidade vertical da tributação directa, contribuindo para a redução da desigualdade na repartição do rendimento. Os custos de redistribuição podem estar, pois, na base de um conflito aberto entre equidade e eficiência.

Exemplos: criação de um novo escalão de IRS para os rendimentos mais elevados ou aumento da taxa marginal do último escalão de IRS.

Grupo II

3.

a)

Imposto per-capita (montante fixo) é um imposto não distorcedor: legalmente, um agente económico nada pode fazer para evitar o seu pagamento não afectando a eficiência

Imposto sobre o tabaco é um imposto pigouviano ou intencionalmente distorcedor: visa alterar as decisões dos agentes económicos para melhorar a eficiência

b)

i) IRS, IVA ou IRC; ii) IRS; iii) Imposto sobre tabaco (ou outro imposto pigouviano)

c)

$$Q1 = 0,5 * 4 = 2 \text{ unidades}$$

$$Pc = Po + 2 = 8 + 2 = 10 \text{ um}$$

$$Pp = Pc - 6 = 10 - 6 = 4 \text{ um}$$

$$Ic = (Pc - Po) * Q1 = (10 - 8) * 2 = 4 \text{ um}$$

$$Ip = (Po - Pp) * Q1 = (8 - 4) * 2 = 8 \text{ um}$$

$$RF = t * Q1 = 6 * 2 = 12 \text{ um}$$

4.

a)

Os impostos devem ser escolhidos de forma a minimizarem as interferências com as decisões eficientes dos agentes económicos, tomadas em mercados competitivos

b)

Para o cálculo solicitado é necessário proceder previamente à consolidação da Receita Corrente

	AC	ARL	SS	AP
Receita corrente	61.033,1	7.707,0	24.023,0	
- Transf. de outros subsectores	- 16.321,5	- 2.012,2	- 6.887,3	
Receita corrente consolidada	44.711,6	5.694,8	17.135,7	67.542,1
Estrutura	66,2%	8,4%	25,4%	100%

Contributo da AC explicado fundamentalmente pela receita fiscal.

Contributo da SS explicado pela receita em contribuições e, em menor grau, pela transferência da AC (via OE)

c)

A Conta das Administrações com valores não consolidados permite a identificação dos valores dos fluxos das transferências (receita e despesa) entre os três subsectores e o cálculo das estruturas verticais (receita e/ou despesa) de cada subsector.

Grupo III

5.

a) Identifique e explique brevemente os dois requisitos para a elaboração do Orçamento do Estado. [1,50]

- Não sobrestimação das receitas, explicar devidamente.
- Não subestimação das despesas, explicar devidamente.

b) Tendo em conta as fases do ciclo orçamental, refira em que fases intervêm o Governo e o Parlamento. [1,50]

Governo: elaboração e execução do orçamento, explicar devidamente.

Parlamento: aprovação e acompanhamento da execução do orçamento, explicar devidamente.

6. O quadro seguinte apresenta dados do Programa de Estabilidade para um dado país para o período 2018-2021.

Administrações Públicas	2018	2019	2020	2021
Despesa total primária (% do PIB), <i>g</i>	42.1	41.2	40.3	39.2
Receita total (% do PIB), <i>ρ</i>	41.1	41.7	42.3	40.6
Saldo orçamental primário ajustado do ciclo (% do PIB)	-1,0	1,5	3,0	2,5
Dívida pública (% do PIB), <i>b</i>	105.3			
Taxa de juro real (%), <i>r</i>	2.0	1.0	1.0	1.0
Taxa de crescimento real do PIB (%), <i>y</i>	2.0	2.5	2.5	3.0

a) Caracterize a política orçamental proposta no Programa apresentado, em termos da sua ciclicidade e do seu carácter expansionista. [1,50]

Contra-cíclica, explicar devidamente.
 Contraccionista, explicar devidamente.

b) Com base na restrição orçamental do governo, $b_t = [(1+r_t)/(1+y_t)]b_{t-1} + g_t - \rho_t$ obtenha os valores em falta no quadro anterior. [1,50]

	2018	2019	2020	2021
$b_t = (1+r)/(1+y)b_{t-1} + G - R$	105,3	103,2	99,7	96,4

$$b_t - b_{t-1} = \frac{r_t - y_t}{1 + y_t} b_{t-1} + g_t - \rho_t$$

c) Explique sucintamente em que consiste o Procedimento dos Défices Excessivos (PDE) no contexto do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PaEC). [1,50]

Braço corretivo e braço preventivo do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PaEC)

1. défice superior a 3% do PIB.
2. Comissão faz relatório onde avalia se o défice é excessivo.
 O Conselho avalia se o défice é excessivo e sugere medidas que o Estado Membro deve tomar.
4. O Estado Membro implementa ou não as medidas sugeridas pelo Conselho.
5. Se o Estado Membro não toma as medidas sugeridas inicia-se processo de sanções – Depósito de dois anos não remunerado (0,2% PIB + 1/10 (diferença do défice para o défice representado 3% do PIB)).
6. Se a situação não é corrigida avança-se para uma multa.